

**Processo no: 08.12398.8.6**

**RECURSO AO PARECER CERT**  
**( no. 74/2017)**

**Prof. Dr. Maurício Cardoso**

No. USP 1595500

**Departamento de História – FFLCH-USP**

**São Paulo, 10 maio 2017**

Prezado Prof. Dr. Ricardo Brandt de Oliveira  
(Vice-Presidente no exercício da Presidência),  
Prezados colegas docentes da Comissão Especial de Relações de Trabalho,

Em virtude do **Parecer CERT no 794/2017**, emitido em 18 de abril do corrente, cuja deliberação define o meu desligamento como docente em RDIDP, encaminho recurso com **solicitação de revisão do parecer**.

O parecer referente ao meu 3º relatório (período 2012-2014) baseia-se em deliberação do parecer anterior (no. 2679/2015), que apontava que este relatório deveria “apresentar produtos” que permitissem “avaliar a qualidade dos resultados obtidos pelo docente”, com o pronunciamento do Departamento sobre a minha produção acadêmica.

Assim, o parecer atual afirma que o “currículo do interessado não traz nenhuma publicação ou outro elemento recente que permita avaliar a qualidade do trabalho do docente” – exceto no campo do ensino. Portanto, os dois pareceres indicam que, entre **2010 e 2014**, meus relatórios não teriam apresentados produtos que permitissem avaliar a qualidade do trabalho acadêmico, fora do âmbito do ensino. Diante disso, apresento fatos que evidenciam as minhas realizações profissionais entre 2010 e 2014, a partir de quatro eixos:

1º) **Publicações do período:** 1 livro autoral, 3 capítulos de livros, 2 artigos acadêmicos (sendo um em revista francesa), 14 artigos de divulgação e um livro coordenado que foi selecionado pelo MEC e depois distribuído para 80 mil escolas públicas do país.

2º) **Formação de Professores:** meu trabalho na Universidade está intimamente ligado ao Programa de Formação de Professores elaborado pela reitoria, em 2004 cuja finalidade é construir e fortalecer a articulação entre bacharelado e licenciatura, entre o Departamento de História e as práticas de ensino de História na Educação Básica.

3º) A **gestão da chefia** do Departamento de História: evidencio a quantidade e a qualidade do trabalho como gestor, apresentando algumas dados e informações sobre as especificidades do nosso Departamento.

4º) **Atividades acadêmicas atuais:** indico as publicações, pesquisas e atividades de gestão posteriores ao relatório, explicitando a continuidade do meu trabalho, bem como meu compromisso institucional com a Universidade.

Assim, apresento esse recurso para avaliação de vossa Comissão, com o propósito de que o Parecer no 794/2017 seja revisto.

## I. Publicações do período (2010-2014):

Contrariamente ao que indicam os dois pareceres, eu apresentei resultados de pesquisa na forma de publicação e de divulgação científica do trabalho acadêmico. Assim, destaco de modo sucinto que, no período em questão (2010-2014), publiquei os seguintes produtos:

- 03 capítulos de livros, publicados pelas editoras Hucitec, Xamã e Editora da Universidade Federal da Bahia;
- 02 artigos acadêmicos sobre cinema brasileiro, sendo um em revista internacional (França/Portugal), em 2010, outro na Revista *Oralidades*, do NEHO-USP, em 2011;
- 01 livro autoral sobre método de interpretação e ensino no cinema brasileiro, publicado pela editora LiberArs, em 2014;
- 01 livro organizado sobre Ensino e Direitos Humanos. O livro concorreu ao edital PNBE (Programa Nacional da Biblioteca Escolar-MEC) em 2013 e foi selecionado e distribuído para 40 mil unidades escolares do país;
- 14 artigos de divulgação em revistas de circulação nacional no campo da Educação (revistas Carta na Escola e Carta Fundamental, da editora Carta Capital), em 2010.

Além disso, escrevi em coautoria dois textos que tiveram percursos de publicação tortuosos:

1. *Ensino de História e Cultura Digital*, em parceria com o Prof. Dr. Paulo Mello (Universidade Estadual de Londrina) e a *webdesigner* Ana Muriel. Escrito em 2010, para a Editora SM, o livro concorreu ao Edital PNBE (Programa Nacional da Biblioteca Escolar – MEC), em 2011, mas não foi selecionado. Por isso, a Editora realizou o distrato do livro e preferiu não publicar o texto. No entanto, pudemos divulgar parte do trabalho no Fórum de Educação da ANPUH – Regional, na Unicamp, em 2012.

2. *Programa de televisão NA BATALHA. Projeto Qual é a graça?*, escrito em parceria com Leandro Saraiva, doutor em Cinema e roteirista. Trata-se de um texto (155 págs.) sobre humor no cinema e na literatura. O produto foi escrito em 2013 e disponibilizado

pela internet e formato pdf, como material didático para um curso gratuito de roteiro *on line* oferecido pela Secretaria do Audiovisual (MinC) em parceria com a TVT (uma associação de audiovisual de trabalhadores).

Estes dois textos não foram apresentados nos relatórios anteriores porque não são publicações em sentido estrito, mas configuram, nos termos desse recurso, elementos que atestam a minha produção acadêmica, por isso, foram apresentados, como anexos, ao final desse documento.

Portanto, trata-se de um período produtivo, marcado pela diversificação de estratégias de publicação (um livro autoral, um livro organizado, três capítulos de livro, dois artigos acadêmicos e vários artigos de divulgação) e centrado em dois campos de investigação: o das linguagens audiovisuais, especialmente, referente ao cinema brasileiro e o campo da formação de professores, ao qual estou vinculado institucionalmente no Departamento de História.

## **II. As especificidades da área: Ensino de História**

O processo seletivo de ingresso no Departamento de História constituiu-se como parte de uma ampla reordenação das práticas de licenciatura e dos princípios orientadores da formação de professores na Universidade de São Paulo. A disciplina “Ensino de História: teoria e prática” foi criada como eixo norteador de um conjunto de outras atividades que teriam a finalidade de fortalecer a licenciatura no interior dos departamentos, tradicionalmente voltados apenas para o bacharelado.

Assim, essa disciplina, oferecida anualmente no Departamento, é obrigatória para todos os alunos de graduação que pretendem a titulação de “licenciado em História”. Além da carga horária básica, ela é constituída por uma carga adicional de 100 horas de estágio supervisionado, visto que ela é uma espécie de porta de entrada para o campo das práticas pedagógicas da Educação Básica, oferecendo aos alunos as primeiras vivências em sala de aula e no interior de instituições escolares de ensino fundamental e médio.

O campo de pesquisa do “Ensino de história” e a sua inserção no currículo dos cursos de História do país são processos recentes e ainda em fase de consolidação. Na USP, por exemplo, a introdução da disciplina ocorreu no primeiro semestre de 2009, quando a

Profa. Antonia Terra e eu fomos aprovados em concurso. Se comparado com outras áreas do Departamento, como História Ibérica, História do Brasil ou Teoria e Metodologia, há inúmeras diferenças e desigualdades na estruturação do campo de pesquisa, na consolidação de resultados, na formação do cânone e no desenvolvimento de pesquisadores com renomada carreira acadêmica.

Não se trata apenas de uma área recente, mas de uma área marcada fortemente pelo trabalho de formação de professores para a Educação Básica, incidindo de modo direto sobre a minha dedicação como docente em três frentes principais: a primeira refere-se ao acompanhamento sistemático dos alunos em estágios; a segunda, à ampliação da área de Ensino no interior da graduação (tradicionalmente voltada para o bacharelado); a terceira incide sobre o perfil das minhas publicações e as estratégias de inserção e difusão de minha pesquisa no mundo social.

A realização dos estágios implica me reunir periodicamente com os alunos fora da sala de aula para orientações das equipes de trabalho, visitar escolas públicas, conhecer diretores e coordenadores pedagógicos para ampliar as possibilidades de estágios, mediar conflitos e tensões de diversas naturezas, envolvendo os trabalhos em grupo e as relações nem sempre tranquilas entre nossos alunos e os profissionais da educação. Ao final de cada ciclo, envolve ainda a leitura e avaliação dos relatórios de estágio que se soma às outras atividades de conclusão da disciplina.

O Estágio Supervisionado propicia as condições para o engajamento dos nossos alunos no campo educacional e constitui um espaço interdisciplinar de formação, com o objetivo de favorecer maior conhecimento da realidade profissional do futuro professor de História, conforme preconizam as Diretrizes Nacionais para Formação de Professores da Educação Básica (Resolução CNE/CP, no. 01/2002).

Conforme enuncia as Leis de Diretrizes e Bases da Educação (Lei no. 9394/1996), a formação de professores não pode estar restrita às disciplinas de licenciatura ou ao docente responsável pelo Estágio, mas deve estar integrada ao currículo da Unidade de Ensino de nível superior. Esta integração tem sido uma tarefa desenvolvida de modo regular e sistemático por mim e pela Profa. Antonia Terra. Trata-se de um trabalho lento e às vezes árduo, de ampliação da área da História para o campo do ensino, tendo em vista que é preciso superar a dicotomia tradicional entre licenciatura e bacharelado.

Em vista disso, construímos novas disciplinas optativas e assumimos disciplinas do campo da educação que exigiram, ao longo dos últimos anos, a incorporação de ampla bibliografia, a preparação de aulas e a construção da legitimidade dessas disciplinas. Entre 2010 e 2014, ofereci quatro programas disciplinares diferentes: Ensino de História, História da Cultura, Cultura Visual e Ensino de História e A Escola no mundo contemporâneo, totalizando 11 turmas ministradas na graduação, com cerca de 950 alunos matriculados, dos quais, 862 aprovados.

Em parceria com a Profa. Maria Cristina Cortês Wissenbach, na disciplina de História da África e dos Afrodescendentes, desenvolvemos, em 2010, uma proposta de avaliação pautada na produção de materiais didáticos sobre a temática da disciplina. Em parceria com a Profa. Zilda Iokoi, realizamos dois estudos de meio (viagem didática), em 2011 e 2012, para conhecer projetos educacionais e experiências pedagógicas inovadoras na cidade do Rio de Janeiro e nas imediações de Belo Horizonte.

Particpei também de programas de extensão universitária, como o Aprender com Cultura, editais, como o do Programa de Pré-Iniciação Científica. Em 2016, inclusive, participei do último edital da EDUSP e da Pró-reitoria de Graduação, relacionado à produção de material didático para o nível universitário. Em parceria com o Prof. José Antonio Vasconcelos, apresentamos um projeto editorial que articulava os saberes e as práticas do historiador e do professor de história, indicando um caminho para contornar, do ponto de vista teórico e metodológico, a separação entre esses âmbitos profissionais. Embora o projeto não tenha sido selecionado, considero relevante apresentá-lo neste recurso porque isso evidencia o meu envolvimento com a produção de textos acadêmicos e projetos de publicação, partes centrais da atividade científica em minha área de atuação, a qual se caracteriza, como podemos ver, pela formação docente e a pesquisa voltada para o ensino de História.

Entre as várias práticas de ensino integradas ao Departamento, a que teve o maior impacto foi o meu ingresso no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), da CAPES, sob coordenação geral de uma equipe de professores da Faculdade de Educação. Em 2014 e 2015, atuei como coordenador de uma equipe de cerca de 30 alunos de graduação de História e 3 professores de educação básica que trabalhavam como supervisores dos graduandos. Esta foi uma das mais relevantes iniciativas da CAPES no campo da formação de professores, porque articulava um projeto pedagógico a uma equipe de alunos bolsistas que, sob supervisão de um

professor da rede pública (também bolsista), inseriam-se durante um ano nas atividades de uma determinada escola. Descrevi as atividades do PIBID no 3º relatório, mas considero oportuno destacar que a minha participação no Programa implicava um tempo de trabalho semanal estimado em cerca de 10 a 12 horas, segundo o Edital da própria CAPES. Trata-se, portanto, de uma especificidade da área de Ensino de História, pois, nas áreas do conhecimento histórico que se dedicam exclusivamente à pesquisa, os docentes não têm nenhum compromisso com a formação de professores, exceto os que decidirem assumir isso no âmbito de suas próprias disciplinas.

Portanto, nessas duas frentes (o Estágio e a integração entre Departamento e a área de Ensino de História), o meu engajamento não foi uma questão de preferência pessoal ou “vocação”, mas de compromisso institucional, visto que a disciplina para a qual fui selecionado em concurso trazia como tarefa consolidar e ampliar a área de Ensino de História – área que simplesmente não existia antes do meu ingresso e o da Profa. Antonia Terra.

Coerente com essa tarefa, o perfil das publicações de um docente da área de Ensino também tem natureza distinta das áreas mais tradicionais do conhecimento histórico. Essas tendem a centralizar o debate em torno das revistas acadêmicas, nas quais, os especialistas apresentam resultados de pesquisa e balanços teóricos que implicam, ao mesmo tempo, a consolidação da área e sua transformação ao longo do tempo. O campo da Educação e a área de Ensino de História demandam iniciativas distintas, voltadas para a sociedade de maneira geral e para os professores de Educação Básica em particular – ainda que não devam ignorar as publicações de perfil estritamente acadêmico. A formação recente da área e sua interface com o mundo social impõem a responsabilidade pela divulgação das pesquisas científicas, a reflexão sobre as práticas institucionais e o debate sobre as metodologias de ensino com a finalidade de reduzir o abismo que separa o campo da pesquisa e a formação precarizada dos professores – oferecidas pelas centenas de faculdades privadas, cujos cursos (com reduzida carga horária) não têm compromisso com a qualidade do ensino. Nos inúmeros encontros dos quais participei e nas oficinas pedagógicas que ministrei para professores da rede pública, há sempre uma intensa expectativa sobre o que os “professores da USP” têm a dizer. Espera-se que sejamos capazes de interpretar à crise da educação, trazer alternativas pedagógicas, novos métodos e ideias inovadoras, espera-se, enfim, que saibamos dar respostas simples e objetivas a problemas complexos.

Esse é um compromisso político que a universidade pública não pode ignorar, sob o risco de abandonar o sentido maior da produção do conhecimento científico que é a universalidade, isto é, a sua capacidade de oferecer à sociedade respostas aos seus impasses e suas crises. Na interface entre o campo acadêmico e as práticas de ensino encontra-se, portanto, um dos eixos que garante legitimidade ao conhecimento científico e à própria existência de uma universidade pública.

Os artigos, capítulos e livros publicados no período 2010 e 2014 têm seu propósito nesse contexto. O livro “Direitos Humanos e Educação”, coordenado por mim e pela doutoranda do Programa de História Social, Priscilla Cerencio, foi escrito por uma equipe de alunos no final da graduação. Entre esses alunos-autores, atualmente, dois tornaram-se mestres em História Social e quatro são professores da rede pública estadual e do município de São Paulo. O percurso de produção do livro expressou também um percurso de engajamento dos seus autores com a escola pública e com pesquisas sobre práticas pedagógicas que ofereciam novas abordagens para o tema dos Direitos Humanos. O livro foi selecionado pelo edital do Programa Nacional da Biblioteca Escolar (PNBE), em 2013, que adquiriu mais de 80 mil exemplares para distribuir para as unidades escolares de todo o país. Não se trata de um “sucesso editorial”, mas de uma ação vigorosa de política pública para o Ensino e a formação de professores. Portanto, menosprezar o impacto dessa iniciativa na área do Ensino de História significa ignorar a natureza deste campo de atuação profissional.

O capítulo publicado no livro “Às portas da Universidade; alternativas de acesso ao ensino superior” também é fruto de um “processo” no qual participei como assessor informal na criação da Rede Emancipa, uma rede de cursinhos populares que atualmente possui 32 unidades e cerca de 5 mil alunos. O livro, co-organizado pela Profa. Dra. Lisete Gomes Arelaro (ex-diretora da FE-USP), reunia docentes, pesquisadores e militantes dos movimentos sociais que haviam participado de um seminário sobre formas de acesso à universidade pública.

O livro autoral, “Interpretar a Vida, Viver o Cinema”, publicado em 2014, refletia uma linha de pesquisa que se iniciou antes do meu ingresso na USP. Foram cerca de oito anos acompanhando o trabalho de uma profissional do cinema, Fátima Toledo, responsável pela elaboração de um método de interpretação para atores de audiovisual. O livro, também anexado a esse recurso, narra, através dos procedimentos da História Oral, o processo de criação e transformação desse método ao longo de mais de 30 anos



de carreira. Trata-se de um livro sobre uma dezena de filmes nacionais altamente reconhecidos, como *Pixote*, *Central do Brasil* e *Cidade de Deus*, cuja primeira edição (cerca de 600 exemplares) foi vendida em dois anos – volume reduzido para o mercado editorial, mas satisfatório para tiragem de livros de perfil mais acadêmico.

No início desse recurso, destaquei ainda, entre as publicações do período, 15 artigos de divulgação em revistas voltadas para professores e baseadas em venda de banca de jornal. Escrevi artigos curtos, com cerca de uma lauda, nos quais analisava sucintamente um filme e sugeria formas de trabalho em sala de aula, numa linguagem acessível aos professores de Ensino Fundamental (na revista *Carta Fundamental*) e de Ensino Médio (na revista *Carta na Escola*). A autoria desses textos representou um espaço de divulgação ímpar no meu trabalho de pesquisa sobre linguagem audiovisual e ensino de história. Graças a eles, atingi um público de professores – a maioria engajados com a profissão – que seria virtualmente impossível por outros meios, inclusive, pelas publicações acadêmicas mais reconhecidas da área, como a Revista Brasileira de História, da ANPUH. Mantive também uma colaboração menos sistemática com revistas de cultura e política, como a revista *Cult* e a revista *Retratos do Brasil*, sempre interessado no fortalecimento do Ensino de História, a partir da noção de “História Pública”, isto é, a história a ser ensinada para a sociedade, através dos meios de comunicação, dos projetos sociais e dos centros de cultura.

Em síntese, ao descrever a natureza da área do “Ensino de História” pretendi destacar suas especificidades, sem que isso implique na ausência de mecanismos de avaliação que devam ser aplicados nessa nova área de pesquisa do Departamento de História da FFLCH da USP. No entanto, aspiro sensibilizar os membros dessa Comissão para que avaliem os resultados de meu trabalho científico e docente na área a partir de “produtos” vinculados ao que preconizam as diretrizes da própria Universidade de São Paulo, cujo marco regulatório, publicado em 2004, pela Comissão Permanente de Licenciaturas e pela Pró-reitoria de Graduação, aponta para a importância de ações e resultados intimamente ligados à formação de professores, à construção e consolidação das licenciaturas no interior dos cursos de Bacharelado e ao impacto da área na Educação Básica. (O documento *Programa de Formação de Professores* encontra-se na Documentação Comprobatória, mas pode ser consultado no endereço eletrônico: <http://www4.fe.usp.br/wp-content/uploads/programa-de-formacao-de-professores.pdf>. Acesso em 10 de maio de 2017).

Nesse sentido, solicito à Comissão Especial de Regime de Trabalho que reconsidere a avaliação de minhas publicações desse período, tendo em vista que a minha prática científica e docente está centrada na formação de professores, consoante as diretrizes da Universidade de São Paulo que definiram, inclusive, a natureza da vaga que ocupo como docente desde que fui aprovado em concurso público, em 2008.

### **III. Atividades de Gestão: a chefia do Departamento**

O 3º relatório apresentado à CERT praticamente coincide com o período da minha gestão à frente do Departamento de História. O terceiro e último conjunto de considerações desse recurso refere-se aos desafios da função administrativa no âmbito da Universidade. Não se trata, em hipótese alguma, de afirmar que o trabalho administrativo impeça que o professor assuma outras funções, como a docência e a pesquisa. Afinal, apresentei, nos itens anteriores desse recurso, um conjunto significativo de elementos que atestam minha atuação como docente e pesquisador. Trata-se, no entanto, de explicitar que, ao assumir a chefia, eu me tornava responsável não apenas por manter o Departamento em funcionamento, como também me dispunha a aprimorá-lo, do ponto de vista da gestão administrativa. Ao assumir a função, eu reconheci imediatamente que ela implicava uma dedicação substantiva do meu tempo de trabalho, por isso, nesse recurso, quero apontar três aspectos fundamentais e, de certo modo, incomuns dentro da experiência administrativa mais ampla da Universidade.

Em primeiro lugar, tornei-me candidato à chefia num processo tenso de disputa pelo cargo que iria dividir o Departamento em dois grupos opostos. Mediante negociações que envolveram esses grupos, o meu nome surgiu como uma possibilidade de consenso. Havia, entre os envolvidos com o debate, a expectativa de que eu seria capaz de mediar os conflitos e estabelecer uma linha de ação conciliatória e impedir uma cisão que envolveria diferentes projetos para o Departamento e, de modo geral, concepções distintas de Universidade. Assim, constituiu-se uma chapa única, encabeçada por mim e pelo Prof. José Antonio Vasconcelos como suplente. Nesse processo tenso e cheio de contradições, levou à chefia do departamento dois professores recém-concursados, que haviam ingressado no Departamento há menos de quatro anos e que, portanto, teriam que lidar com as divergências políticas internas, as relações com a direção da Faculdade de Filosofia e a estrutura administrativa da Universidade que nós mal conhecíamos. Foi,

portanto, um processo de aprendizado político e administrativo que me ensinou inúmeras lições que, atualmente, como Coordenador de um programa de pós-graduação me ajudam cotidianamente a melhorar meu trabalho como gestor.

Em segundo lugar, o Departamento de História possuía, em 2012, mais de 60 professores em atividade, 1.364 alunos matriculados na graduação (2014), cerca de 500 na pós-graduação e um quadro de 18 funcionários. Na prática, os recursos humanos, a infraestrutura do prédio e o volume de pessoas que lá circulavam correspondem ao tamanho de alguns Institutos e Faculdades da USP. Apenas para exemplificar, algumas Unidades da USP possuem número equivalente de alunos ao de nosso Departamento, como a FAU, com 1275, a Faculdade de Medicina, com 1408, a de Zootecnia, com 1411 (Dados de 2014, extraído do Anuário Digital da USP. Fonte: blob:<https://uspdigital.usp.br/49a4ab42-13e2-4f6d-bae4-c180ad263de0> Acesso em 9 de maio de 2017). Chefiar um Departamento com essas dimensões implicava uma quantidade infindável e diversificada de desafios cotidianos que exigiam disposição, tempo e algumas habilidades na gestão dos diversos interesses e necessidades da comunidade acadêmica.

Além disso, os usos do edifício e sua estrutura física envolviam dificuldades de ordem diversa: há anos o prédio necessita de restauração e trabalhos de manutenção, possui inúmeros espaços que exigem reforma, as salas de aula têm problemas de ventilação e acústica, o vão livre é utilizado para as mais diferentes atividades, como eventos acadêmicos e políticos, assembleias estudantis do DCE e do SINTUSP, atividades culturais, venda de livros e comidas, enfim, uma multidão de interesses e acontecimentos que transformam o dia-a-dia de um gestor numa “gincana” feita de mediações, acordos, decisões tomadas à queima-roupa, soluções tiradas da manga que procuram tornar viável as atividades fins da Universidade, isto é, o ensino e a pesquisa.

Em terceiro lugar, em 2013 e 2014 a Universidade passou por duas longas greves de professores, funcionários técnico-administrativos e alunos. Se as greves costumam abalam o conjunto das unidades da USP, abalam ainda mais a Faculdade de Filosofia, em vista do seu público e da natureza política dos cursos. Estabelecem-se, assim, tensões de toda natureza: entre alunos de diferentes correntes partidárias, entre professores com posturas políticas antagônicas, entre alunos e professores e destes todos com a chefia. Durante os dois anos, a nossa gestão foi pautada pela mediação dos conflitos e a construção de uma unidade, ainda que frágil e volátil, em torno das

questões maiores da Universidade. Por meio de encontros periódicos com discentes, docentes e funcionários, e da construção de documentos de consenso e de práticas coletivas procuramos conduzir, da melhor forma possível, os longos períodos de greve, reduzindo os conflitos e fortalecendo o bem comum.

Portanto, essas especificidades tornaram a experiência à frente da chefia uma condição excepcional no percurso da minha trajetória como docente da Universidade de São Paulo. Se, por um lado, representaram inúmeros aprendizados e o fortalecimento das minhas capacidades como gestor, por outro, significaram um intenso envolvimento com a administração do Departamento e, de modo indireto, com a Faculdade de Filosofia.

Nos termos desse recurso, considero relevante caracterizar que o período à frente da chefia representou um investimento na minha formação profissional como gestor no âmbito da Universidade de São Paulo, ainda que tenha reduzido meu tempo para a pesquisa e o ensino.

No 3º relatório enumerei as atividades que envolveram a função da chefia, mas não destaquei devidamente elementos que permitissem uma avaliação dos resultados – ainda que, ciente do problema, argumentei, no relatório, que os resultados de uma gestão podiam ser aferidos pela permanência das funções administrativas e pelo zelo financeiro que pautaram nossa gestão. Evidentemente, como docente de História, não tenho formação adequada, nem vocação para o trabalho administrativo, portanto, o compromisso assumido tinha um caráter de responsabilidade ética, política e profissional com o bom funcionamento do Departamento. Isso implica que a prática de uma função administrativa nem sempre segue, passo a passo, a construção de ferramentas de gestão que nos permitam avaliar sistematicamente cada etapa e apresentar, ao final, resultados objetivos e identificados em planilhas. Nesse recurso, porém, acrescento um conjunto de declarações de docentes e funcionários técnico-administrativos cujo intuito foi indicar os méritos atribuídos à minha gestão e atestar o árduo e intenso trabalho administrativo realizado.

#### IV. A produção acadêmica atual (2015-2017)

O último conjunto de fatos apresentados nesse recurso refere-se à produção acadêmica em curso desde 2015, cujos resultados parciais indicam a continuidade de inúmeras atividades de pesquisa, de ensino, de extensão e no âmbito administrativo. A apresentação sumária dessa produção tem por finalidade demonstrar que, ao contrário do que indica o PARECER CERT 794/2017, o meu currículo tem publicações e outros elementos recentes que permitem avaliar a qualidade do meu trabalho.

##### **Pesquisa/Publicações:**

Em 2015 e 2016, trabalhei em duas frentes: textos que precisavam de aprofundamento e ajustes, em vista da leitura de novas fontes bibliográficas e dos resultados de pesquisa; textos originais que apontavam para novos caminhos de investigação (já indicados nos relatórios anteriores). Do conjunto das tarefas empreendidas, destacam-se os seguintes resultados, a serem publicados em 2017:

1) dois livros autorais foram finalizados e estão em fase de editoração:

- “História Dramática do Cinema Brasileiro” (100 laudas): aceito para publicação pela Editora Liber Ars, está em fase de revisão ortográfica e diagramação. Tem previsão de lançamento para agosto de 2017. A carta de aceite da editora foi anexada a esse recurso.

- A minha tese: “O cinema tricontinental de Glauber Rocha: política, estética e revolução (1969-74)” selecionada em edital pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da FFLCH da USP, com previsão de publicação para 2017. O texto está em fase final de revisão. A declaração da Coordenadora do Programa, Profa. Mary Junqueira, foi anexada a esse recurso.

2) um livro em co-autoria com o Prof. José Antonio Vasconcelos (DH/FFLCH-USP), intitulado “História da Educação” (70 laudas), cuja versão preliminar foi encaminhada para a avaliação de editoras de mercado. A versão em pdf foi anexada a esse recurso.

3) um capítulo de livro, sob coordenação das Profas. Emilia Viotti da Costa e Zilda Iokoi, sobre a obra do historiador Nicolau Sevcenko. O livro tem previsão de ser

finalizado e publicado ao final de 2017 ou início de 2018, conforme proposta das coordenadoras.

4) coordenação editorial de uma coleção de artigos acadêmicos dos professores do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades (FFLCH-USP) a ser publicado em 2017 com parte da verba da reitoria destinada a publicações e internacionalização dos programas de pós-graduação.

5) Em parceria com o Prof. Paulo Mello, da Universidade Estadual de Londrina, organizamos um dossiê intitulado “Ensino de História e Política”, aprovado pelo Comitê Editorial da Revista Poder e Cultura (<http://www.poderecultura.com>), com previsão de publicação no 2º semestre de 2017. A declaração de aceite da revista encontra-se anexa a esse recurso.

Além disso, desde outubro de 2016 sou pesquisador associado do projeto de pesquisa *Deslocamentos e Fronteiras: Migrações, Racismo e Questões de Gênero*, coordenado pela Profa. Zilda Iokoi e com a participação de oito pesquisadores de Ciências Humanas e sediado no Diversitas – Núcleo de Estudos das Diversidades, Intolerâncias e Conflitos (FFLCH-USP). Com recursos da FAPESP, o projeto tem um período de 2 anos de atividades, com encerramento previsto para o fim de 2018. Em parceria com a Profa. Dra. Sandra Nunes, pesquiso as narrativas de vida de imigrantes contemporâneos, em especial, de origem latino-americana.

#### **Outras atividades acadêmicas:**

Em 2015, permaneci na sub-coordenação do PIBID, dando continuidade ao trabalho de formação docente em Educação Básica com uma equipe de 15 alunos de graduação e três professores de História da rede pública. O relatório anexo apresenta os resultados obtidos pelos docentes da área de História, em 2014 e 2015. A declaração, assinada pelos professores da rede pública envolvidos avaliam em que medida os objetivos foram alcançados.

Em 2015, realizei em parceria com o Prof. Luís Galeão (Instituto de Psicologia), o 1º Encontro Diversidade em Diálogo: o direito à diversidade sexual e a cidade, com mesas de debate e oficinas envolvendo pesquisadores, gestores de política pública e ativistas dos movimentos sociais. Link do evento:

<http://diversitas.fflch.usp.br/sites/diversitas.fflch.usp.br/files/prog.pdf> (Acesso em 10 de maio de 2017). O evento contou ainda com uma mostra digital de cerca de 30 vídeos sobre o tema da diversidade sexual, organizada por um edital de seleção ([http://comunicacao.fflch.usp.br/sites/comunicacao.fflch.usp.br/files/diversitas\\_0.pdf](http://comunicacao.fflch.usp.br/sites/comunicacao.fflch.usp.br/files/diversitas_0.pdf), acesso em 10 de maio de 2017). Anexo a Programação divulgada.

Em 2015, dois orientandos meus concluíram o mestrado e até setembro de 2017 mais dois alunos deverão defender suas dissertações. Atualmente, tenho nove orientados, dos quais, três de doutorado e seis de mestrado. Integro como professor-orientador três programas: o Programa de Pós-graduação em História Social (FFLCH); o Programa DINTER que envolve a Universidade Federal de Campina Grande (PB) e o Programa de Pós-graduação em História Social da FFLCH e é coordenado pelo Prof. Dr. Marcos Silva; e o Programa Interdisciplinar Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades (FFLCH).

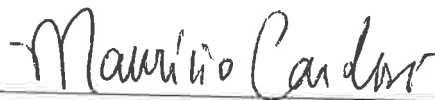
Desde março de 2016, assumi a coordenação do Programa Interdisciplinar Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades, ligado à FFLCH, com 17 docentes permanentes. Escrevi, em parceria com a Profa. Zilda Iokoi, o relatório final que serviu de base para o Coleta CAPES 2013-216. Encaminho anexo esse relatório, com a finalidade de apresentar elementos que indiquem a qualidade do meu trabalho como coordenador do Programa.

Integro, desde março de 2016, o Grupo de Trabalho Internacional do CLACSO intitulado “Impacto de la era digital en el sector audiovisual en América Latina y el Caribe” constituído por pesquisadores de nove países latino-americanos. Sou membro do Conselho Editorial da revista “Poder e Cultura” (<http://www.poderecultura.com/p/expediente.html>), atividades essas, assim como o COFECUB, que atestam minha preocupação em diálogos internacionais sobre os temas que pesquiso e sobre os quais ensino e oriento.

## SOLICITAÇÃO

Diante do que foi exposto e tendo em vista também os documentos comprobatórios desse recurso que apresentam sólidos indicadores da qualidade e da quantidade de meu trabalho acadêmico, solicito à Comissão Especial de Regime de Trabalho que reveja a decisão apresentada no PARECER no 794/2017, mantendo, assim, o RDIDP ao qual estou vinculado.

São Paulo, 10 de maio de 2017.



**Prof. Dr. Mauricio Cardoso**  
Departamento de História/FFLCH-USP